

Introdução

O presente livro começou a ser pensado antes da terrível pandemia que se abateu sobre a Humanidade. A pergunta, imensa, inapagável, é esta: como será o futuro, o futuro do mundo e da Igreja, e o que fazer para que seja melhor?

Para introduzir a problemática, escolhi, dada a riqueza de perspectivas, o discurso do Papa Francisco ao Corpo Diplomático no início do ano de 2021.

São 187 os países que têm relações diplomáticas com a Santa Sé/Vaticano. Também várias organizações internacionais — como a União Europeia, a Liga dos Estados Árabes, a Organização Internacional para as Migrações, o Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, a Ordem Soberana Militar de Malta — têm um representante junto do Papa.

1. Como habitualmente, Francisco saudou o Corpo Diplomático num discurso com propostas para o futuro novo. Derrotar o vírus é «uma responsabilidade que nos envolve a todos: cada um de nós pessoalmente e também os nossos países». O ano de 2020 «deixou atrás de si um peso de medo, desânimo e desespero, a par de muitos lutos». A pandemia mostrou como somos interdependentes: os seus efeitos são ver-

dadeiramente globais, afectando toda a Humanidade. «Pôs-nos em crise, mostrando-nos o rosto de um mundo doente, não só pelo vírus, mas também no meio ambiente, nos processos económicos e políticos, e ainda mais nas relações humanas. Colocou diante de nós uma alternativa: continuar pelo caminho que temos seguido ou empreender uma nova via.»

2. Francisco apresentou as crises causadas ou manifestadas pela pandemia, examinando ao mesmo tempo «as oportunidades que delas derivam para construir um mundo mais humano, justo, solidário e pacífico». O ponto central é a dignidade inviolável da pessoa humana. Tendo Immanuel Kant em fundo, disse: «Cada pessoa humana é um fim em si mesma, nunca um simples instrumento cujo valor é medido só pela sua utilidade, e foi criada para conviver na família, na comunidade, na sociedade, onde todos os membros têm a mesma dignidade. Desta dignidade derivam os direitos humanos, bem como os deveres, por exemplo, a responsabilidade de acolher e ajudar os pobres, os doentes, os marginalizados. Se se suprime o direito à vida dos mais débeis, como se poderá garantir de facto todos os outros direitos?»

Aqui, impõe-se perguntar: qual é o fundamento da dignidade da pessoa humana, fim em si mesma e não simples meio? Pessoalmente, defendo que esse fundamento se mostra e se encontra na constituição do ser humano, constituição que o faz perguntar, mas de tal modo que de pergunta em pergunta chegará inevitavelmente à pergunta pelo Infinito. Nesta capacidade de perguntar ao Infinito pelo Infinito, em última análise, por Deus, fica demonstrado que o Homem tem em si algo de infinito. E só o Infinito é fim e não meio: na verdade, o que é que há para lá do Infinito?

Por isso, a pessoa humana é livre e faz a experiência da liberdade no ser dada a si mesma. Cada um/a é senhor/a de si mesmo/a e das suas acções, autopossui-se, é dono/a de si e das suas acções, respondendo por elas: é responsável.

2.1. Crise sanitária

A pandemia colocou de modo violento à nossa frente «duas realidades iniludíveis da existência humana: a doença e a morte». Perante elas, tomámos consciência mais aguda do valor e da dignidade de cada vida humana. De facto, perante a morte, cada um/a é confrontado/a com o seu ser único, como revela aquele clamor dramático de Miguel de Unamuno frente à morte: «Ai, que me roubam o meu eu!» A doença e a morte lembram-nos também a necessidade e o direito ao cuidado: precisamos de ser cuidados e de cuidar. Aos responsáveis políticos e de governo impõe-se, portanto, o esforço para favorecer «o acesso universal à atenção sanitária de base», não podendo ser só «a lógica do lucro» a guiar um sector tão delicado como decisivo. Evidentemente, no imediato, é necessário assegurar «a distribuição equitativa das vacinas, que devem beneficiar toda a Humanidade». Aqui, diria eu, até por imposição de um egoísmo esclarecido: de facto, dada a interdependência, enquanto não forem todos vacinados, estamos todos ameaçados, tanto mais quanto há o perigo de contínuas novas variantes do vírus. Ninguém é uma ilha; como escreveu John Donne, «a morte de qualquer pessoa diminui-me, porque sou parte da Humanidade».

2.2. Crise ambiental

Percebemos agora melhor que não é apenas o ser humano que está doente, mas também o nosso planeta Terra, e «a pandemia mostrou-nos mais uma vez a medida em que também é frágil e quanto precisa de cuidados». Francisco espera que a Conferência das Nações Unidas sobre o Clima (COP26), em Glasgow, «permita chegar a um acordo efectivo para enfrentar as consequências das mudanças climáticas. Este é o

momento de agir, pois já estamos a sentir os efeitos de uma prolongada inacção».

2.3. Crise económica e social

A pandemia impôs restrições à circulação e confinamentos que acabaram por provocar uma terrível crise social e económica a nível global. Esta crise «é uma ocasião propícia para retomar a relação entre a pessoa e a economia. É necessária uma espécie de ‘nova revolução copernicana’ que ponha a economia ao serviço do Homem e não ao contrário, começando a estudar e a praticar uma economia diferente, a que faz viver e não mata, que inclui e não exclui, que humaniza e não desumaniza, que cuida da criação e não se alimenta da depredação.» Não se pode buscar soluções particulares para problemas que são globais. Neste sentido, o plano Next Generation EU é um bom exemplo de colaboração e solidariedade. «Que a conjuntura seja também um estímulo para perdoar, ou pelo menos reduzir, a dívida dos países mais pobres, que de facto impede a recuperação e o pleno desenvolvimento.»

2.4. Crise migratória

A crise provocará um aumento dramático de migrantes e refugiados. Desde a Segunda Guerra Mundial que o mundo não tinha assistido a «um aumento tão dramático do número de refugiados». Por isso, torna-se cada vez mais urgente «erradicar as causas que obrigam a emigrar», como também se exige um esforço comum para apoiar os países de primeiro acolhimento, que se encarregam da obrigação moral de salvar vidas humanas.

Neste contexto, Francisco espera com interesse «a negociação do Novo Pacto da União Europeia sobre a migração

e o asilo», observando, porém, que «políticas e mecanismos concretos não funcionarão sem o apoio da vontade política necessária e do compromisso de todas as partes, incluindo a sociedade civil e os próprios migrantes».

Pessoalmente, quero acentuar a necessidade de contribuir para acabar com as causas que obrigam a emigrar. E não se deve esquecer que as migrações podem contribuir para um enriquecimento de vária ordem, mas, com o tempo, também arrastar consigo conflitos nada fáceis de resolver.

2.5. Crise política

Para Francisco, todos estes temas críticos «põem em relevo uma crise muito mais profunda, que de algum modo está na raiz das outras e cujo dramatismo veio à luz precisamente com a pandemia». É a crise política, que desde há uns tempos mina de modo violento muitas sociedades e «cujos efeitos devastadores emergiram durante a pandemia». Aumentam os conflitos políticos e a dificuldade, se não a incapacidade, para «encontrar soluções comuns e partilhadas para os problemas que afligem o nosso planeta». Manter viva a democracia é, portanto, um gigantesco desafio, neste momento histórico. «A democracia baseia-se no respeito mútuo, em que todos possam contribuir para o bem da sociedade e em considerar que opiniões diferentes não só não ameaçam o poder e a segurança dos Estados como, num confronto honesto, se enriquecem mutuamente e permitem encontrar soluções mais adequadas para os problemas que é preciso enfrentar.»

Infelizmente, «a crise da política e dos valores democráticos afecta também a nível internacional, com repercussões em todo o sistema multilateral». É o momento de levar adiante reformas, para que as organizações internacionais recuperem a sua vocação essencial de servir a família humana, preservar a vida de todas as pessoas e a paz. «Todo o corpo vivo precisa de

se reformar continuamente e, nesta perspectiva, estão também as reformas que implicam a Santa Sé e a Cúria Romana.»

Constata: «Há demasiadas armas no mundo.» Por isso, é necessário intensificar o esforço no âmbito do desarmamento e da não-proliferação do armamento nuclear, que deve estender-se às armas químicas e às armas convencionais. «Um equilíbrio baseado no medo apenas tende a minar a confiança entre os povos.» Confessa: «Não posso esquecer outra grave praga do nosso tempo: o terrorismo», com tantas vítimas entre pessoas inocentes e indefesas.

2.6. Crise das relações humanas

Esta é talvez a mais grave: «A crise das relações humanas, expressão de uma crise antropológica geral, que diz respeito à própria concepção da pessoa humana e à sua dignidade transcendente.»

Longos períodos de confinamento também permitiram mais tempo passado em família e redescobrir «as relações mais queridas». Não há dúvida de que «o casamento e a família constituem um dos bens mais preciosos da Humanidade» e «o berço de toda a sociedade civil». Perante a dimensão mundial dos problemas, a família cumpre as novas incumbências que sobre ela recaem, «em primeiro lugar oferecendo aos filhos um modelo de vida fundado sobre os valores da verdade, da liberdade, da justiça e do amor». É inegável que a família é o espaço ideal para ter filhos e educá-los, porque na família cruza-se o melhor para a educação: o afecto e a autoridade.

Também é um facto que nem todos puderam viver com serenidade na própria casa e muitas vezes as situações degeneraram em violência doméstica e «sabemos que lamentavelmente são as mulheres que, amiúde com os seus filhos, pagam o preço mais alto». Aliás, a pandemia aprofundará as desigualdades sociais e as mulheres são as mais atingidas.

2.7. Catástrofe educativa

A pandemia obrigou a longos meses de isolamento, e é preciso pensar nos estudantes que não puderam frequentar presencialmente a escola ou a universidade. Até certo ponto, colmatou-se a situação através de plataformas educativas informatizadas, mas isso contribuiu também para o aprofundamento das desigualdades — não se pode de modo nenhum esquecer que a escola é factor decisivo a favor da igualdade —, e o aumento «da dependência das crianças e adolescentes da internet e das formas de comunicação virtual em geral, tornando-os ainda mais vulneráveis e sobreexpostos às actividades cibercriminais».

A educação e a formação num enquadramento holístico são o caminho para liberdade, a verdade, o progresso.

2.8. A dimensão religiosa

As exigências para conter a difusão da pandemia acabaram por limitar também várias liberdades fundamentais, incluindo a liberdade de religião. Mas não devemos «passar por alto que a dimensão religiosa constitui um aspecto fundamental da personalidade humana e da sociedade; mesmo quando se está a procurar proteger vidas humanas da difusão do vírus, a dimensão espiritual e moral da pessoa não se pode considerar como secundária relativamente à saúde física».

Por outro lado, «a liberdade de culto não constitui um corolário da liberdade de reunião, pois deriva essencialmente do direito à liberdade religiosa, que é o primeiro e fundamental direito humano. Por isso, é necessário que seja respeitada, protegida e defendida pelas autoridades civis, como a saúde e a integridade física. Aliás, um bom cuidado do corpo nunca pode prescindir do cuidado da alma». É sabido, acrescento eu, partindo inclusivamente de estudos científicos, que a

prática sadia da religião contribui para a saúde física e o equilíbrio mental.

Conclusão

Pessoalmente, concluiria citando Einstein, que afirmou que «a Política é mais difícil do que a Física». É totalmente verdade, e diria que o é hoje mais do que nunca, quando se olha para o presente e sobretudo para o futuro. Mais: quem pensar que, após esta pandemia, se pode voltar ao dantes, que pense bem, pois desse modo caminhar-se-á de crise em crise em todos os sentidos. Só um exemplo: se nada de novo for feito em relação às alterações climáticas, cidades inteiras em todo o mundo irão desaparecendo.